

O adjetivo 'militar' no Aulete Digital: uma análise discursiva de ferramentas tecnológicas de instrumentalização linguística

The adjective 'military' in Aulete Digital: a discursive analysis of technological tools of linguistic instrumentalization

Paula Ramos Ghiraldelli¹ⁱ

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5904-1603>

Thiago Barbosa Soares²ⁱⁱ

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2887-1302>

Submetido em 28/07/2023. Aprovado em 12/09/2023.

Resumo

Este estudo analisou, sob a luz da Análise do Discurso materialista, a descrição do adjetivo 'militar', disposta nas versões de 1980 e 2007 do dicionário Aulete. Pela análise depreendeu-se que os termos se inserem em uma formação ideológica pró-militar e conservadora; e em uma formação discursiva institucional na qual o dicionário é o detentor dos dizeres. Destaca-se ainda a mudança de concepção de norma linguística: no significado de 1980, essas noções vinculam-se à língua originária; no ano de 2007, à consolidação de valores democráticos e republicanos.

Palavras-chave: análise do discurso francesa; instrumentos linguísticos; militar.

Abstract

This study analyzed, under the light of Materialist Discourse Analysis, the description of the adjective 'military', available in the 1980 and 2007 versions of the Aulete dictionary. From the analysis it was inferred that the terms are inserted in a pro-military and conservative ideological formation; and in an institutional discursive Formation in which the dictionary is the holder of the sayings. Also noteworthy is the change in the conception of linguistic norms: in the 1980s, these notions are linked to the original language; in 2007, the consolidation of republican values.

keywords: French Discourse Analysis; Linguistic Tools; Military.

Introdução: o estudo de instrumentos linguísticos enquanto objetos discursivos

A perspectiva da História das Ideias Linguísticas considera como instrumentos linguísticos as gramáticas, dicionários, cartilhas, manuais e enciclopédias de língua, ou

¹ Mestrando em Letras na Universidade Federal do Tocantins (UFT). Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9923924150698243>. E-mail: prghiraldelli@mail.uft.edu.br

² Doutor em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professor no curso de Letras e no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Brasil. Pesquisador bolsista de produtividade do CNPq. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8919327601287308>. Orcid: . Email: thiago.soares@mail.uft.edu.br.



seja, as ferramentas tecnológicas de linguagem – objetos elaborados a partir de uma técnica que possibilitam a reflexão sobre a língua por meio de si mesma (AUROUX, 1992), operando na construção de uma “unidade para a língua” (NUNES, 2008, p. 120). Pelo fato de sua produção estar vinculada a um momento histórico, os instrumentos linguísticos podem ser pensados como discurso (COELHO, 2019), já que os sentidos por eles produzidos, apesar de não refletirem a imediaticidade do circuito linguístico (ORLANDI, 2009), são apreendidos a partir dos lugares sociais, históricos e ideológicos em que os enunciados e enunciadore se inserem (PÊCHEUX, 1993). O dicionário, por exemplo, compreende, atualmente, um compêndio de palavras (existentes em uma língua) e explicações construídas em um determinado tempo e lugar, com seus devidos exemplos de utilização. Isto é, partem de uma nomenclatura existente na língua para estabelecer sua aplicação (a regra).

“Com a tarefa de apontar os principais significados de cada palavra, os dicionários influenciam e delimitam o uso das línguas. Não é desprezível o papel que exercem na disseminação de normas e conceitos” (ARGUELHES; ROSA, 2018, p. 2). Assim, operam como artefato de descrição e simultaneamente como definidores da norma culta. Considerando o caráter institucional e normativo dos dicionários, infere-se que as descrições neles contidas estão vinculadas aos discursos institucionais e sua compreensão sobre a língua está diretamente ligada aos aspectos ideológicos dominantes (ARGUELHES; ROSA, 2018). São, portanto, contraditórias, pois, ao passo que buscam apontar as regularidades na língua, acabam por deixar de lado alguns aspectos nela contidos. Alguns vocábulos são cruciais para se perceber o contexto social, histórico e ideológico em que dado dicionário é produzido. Sobretudo, quando se trata de termos estritamente relacionados às instituições governamentais, políticas e religiosas, revelando como essas organizações se estruturam historicamente.

É o caso da palavra ‘militar’, cujo significado traz a perspectiva institucional sobre as Forças Armadas e os posicionamentos militares do Estado (GHIRALDELLI; SOARES, 2023, no prelo). Outra questão concernente ao funcionamento discursivo dos dicionários reside no fato que esses são publicados e republicados ao longo do tempo, buscando se adaptar às mudanças da língua e da sociedade. A cada publicação, as alterações nos verbetes expressam as novas condições de produção (PÊCHEUX, 1993) nas quais esses objetos se inserem, ou seja, as reconfigurações da ideologia vigente – principalmente em vocábulos institucionais, como o mencionado. Do exposto, subtraem-



se alguns questionamentos: *i*) Quais os mecanismos discursivos impressos na formulação e atualização de um termo que caracteriza uma instituição, dispostos respectivamente em dicionários distintos, e quais as condições de produção que expressam? *ii*) Quais as diferenças entre tais significados e; como essas diferenças se constituem em diferenças ideológicas expressas pelo discurso?

Para responder a essas indagações, o presente estudo apresenta uma análise discursiva dos significados para a palavra ‘militar’ dispostos por duas versões do dicionário Caldas Aulete (1980 e 2007) – ambas inclusas no *Aulete Digital* (LEXICON, 2007). O Caldas Aulete é um dicionário português, que possui edições brasileiras publicadas a partir do fim do século XIX – na esteira do processo de gramatização do Português Brasileiro, em um momento de consolidação da identidade nacional, inclusive, por meio da língua (MOTA; CERQUEIRA; AZEVEDO, 2017) – e teve sua última versão impressa em 1980. Conforme as tecnologias de linguagem atingiram o âmbito do digital, a Lexicon Editora Digital, em 2007, produziu a versão on-line e gratuita do Caldas Aulete (LEXICON, 2007). O *Aulete Digital* constitui-se por dois dicionários integrados: a versão brasileira digital integral do Caldas Aulete publicado em 1980 e; a versão mais atualizada, de 2007 (LEXICON, 2007). Para cada termo localizado pelo dicionário, é possível verificar, em uma aba, o significado atualizado e, em outra, o significado da primeira publicação (1980).

Visando a um recorte específico, será analisada somente a primeira entrada de cada significado para o termo em questão, concernente a esse verbete, enquanto adjetivo. Objetiva-se, assim, *i*) verificar como os processos ideológicos (políticos e institucionais) presentes nas condições de produção desses dois instrumentos linguísticos se dispõem por meio de mecanismos discursivos e; *ii*) como as diferenças e semelhanças encontradas entre essas condições significam. Para atingir tais objetivos e, portanto, responder às questões norteadoras aqui estipuladas, serão utilizadas as ferramentas operacionais da Análise do Discurso Materialista, a saber: as noções de interdiscurso (ORLANDI, 2009), de formação ideológica e formação discursiva (PÊCHEUX, 1993; 2011). O emprego dessas ferramentas permite que sejam estabelecidas as condições de produção dos discursos sob as quais o dicionário emerge e, portanto, que se possa verificar como o político e o ideológico operam no interior dos processos de certas tecnologias de linguagem.



Assim, a justificativa dessa investigação se dá pela relevância que esse tipo de estudo proporciona para a compreensão da ideologia vigente em um determinado momento social, impressa por meio da materialidade da língua. “A palavra enquanto forma discursiva pertencente ao discurso do dicionário [...] [conduz] a uma interpretação historicizada das formas de significação (COLLINOT; MAZIÈRE, 1997, p. 101, trad. livre). Um instrumento de língua é um instrumento de comunicação, podendo ser caracterizado como termômetro de um período histórico. O gesto de leitura sobre um determinado funcionamento ideológico a partir de uma entrada no dicionário permite avaliação da própria comunicação de dizeres institucionalizados em uma dada circunstância. Quando verticalizado para a atualização de um termo dicionarizado já reconhecido e as diferenças que ele estabelece com as formulações anteriores, possibilita interpretação da mudança que certos itens lexicais sofrem, vinculadas a alterações da ordem do político e do social, reverberando modificações na concepção de norma linguística.

Para além disso, a análise discursiva da descrição institucional (o dicionário) de um vocábulo que compreende, por si, uma instituição social (militar) que opera como “Aparelho Ideológico do Estado”, ou seja, “por meio da ideologia para assegurar sua própria coesão e reprodução” (ALTHUSSER, 1980, p. 47), contribui efetivamente para a verificação do posicionamento ideológico disseminado pelas entidades representativas da sociedade e como ele opera em prol da manutenção da ordem vigente. Esses aspectos são importantes de serem levantados, enquanto viabilizam a reflexão sobre os efeitos políticos e sociais ocasionados na e pela língua, averiguando-se, assim, como ela se entrelaça com o sujeito e a sociedade. Dito isso, na próxima seção, de aparato Teórico-metodológico, serão apontados os devidos desmembramentos acerca das noções discursivas selecionadas para a análise. Em seguida, será realizada a análise do *corpus*, sendo um tópico para cada dicionário, nos quais os conceitos epistemológicos da Análise do Discurso serão aplicados ao objeto. Na seção de Considerações finais, será feito o cotejo, a comparação entre as análises.

Aparato Teórico-metodológico: as ferramentas operacionais da Análise do Discurso

A Análise do Discurso (AD) é uma teoria voltada para a descrição e interpretação da atividade discursiva – ou seja, o discurso como “prática de linguagem” (ORLANDI,



2009, p. 15) que gera efeitos de sentidos a partir de posições histórico-sociais em que os sujeitos se inserem. A fim de compreender os processos de produção discursiva, a AD mobiliza diferentes conceitos e categorias de análise a serem aplicadas em um *corpus*, demonstrando como o discurso atua na produção de significações (ORLANDI, 2009). O *corpus* que aqui se pretende analisar é constituído por duas descrições da palavra ‘militar’ inscritas, respectivamente: na versão publicada em 1980 do dicionário Aulete, e na versão atualizada de 2007. Para o estudo das condições de produção dessas descrições, buscaram-se algumas ferramentas estipuladas pela AD: a de interdiscurso ou memória discursiva (ORLANDI, 2009), formação ideológica e de formação discursiva (PÊCHEUX, 1993; 2011). O primeiro conceito a ser aqui especificado é o de interdiscurso (ORLANDI, 2009).

A AD considera que os enunciados possuem existência histórica, de modo a serem produzidos e reproduzidos a partir de lembranças, esquecimentos ou silenciamentos de discursos anteriores (ORLANDI, 2009). Ao enunciar, o sujeito discursivo não cria, acessa redes de memória, e as atualiza em suas produções (SOARES, 2018), de modo que o discurso envolve uma relação entre o já dito e o que se está dizendo. Assim, toda a enunciação se encontra no cruzamento entre dois eixos: o da memória (os ditos anteriores) e o da atualização desses ditos (ORLANDI, 2009). A existência de desses eixos está intimamente ligada aos processos de esquecimento involuntários que ocorrem na produção discursiva, e que são necessários à produção de sentido: o esquecimento de que o dizer poderia ser outro e; o esquecimento de que o sujeito que enuncia não é de fato a origem do sentido (PÊCHEUX, 2009). Dessa maneira, todo dito pode se realizar a partir de outras palavras (a formulação implica na seleção) e é, simultaneamente, afetado pela memória discursiva, numa reformulação de sentidos anteriores (ORLANDI, 2009).

O movimento ilusório de identificação e criação de sentidos (que caracterizam o esquecimento) permite que o assujeitamento ideológico (ao qual os sujeitos estão presos) seja transportado para o discurso: é ele o mecanismo discursivo que possibilita que o complexo dominante seja reproduzido inconscientemente nas práticas enunciativas (PÊCHEUX, 2009). Alinham-se, assim, esquecimento, ideologia e memória discursiva, pois é “no interdiscurso [que] reside o complexo ideológico dominante de cujo assujeitamento o sujeito sofre” (PÊCHEUX, 2009 *apud* SOARES, 2018, p. 119). Os sujeitos discursivos se posicionam no interdiscurso através da manifestação discursiva da ideologia (SOARES, 2018), sendo, portanto, o local em que diversas Formações



Ideológicas se manifestam, caracterizando uma formação discursiva (PÊCHEUX, 2011). formação Ideológica e formação discursiva (PÊCHEUX, 2011) são as duas próximas noções a serem tratadas.

A partir da influência do materialismo histórico-dialético, a AD promoveu a mudança de paradigma linguístico (de língua para discurso). Isso significa que o conceito de “língua como realidade autônoma [estruturalista] não desapareceu”, mas se ressignificou, partindo do princípio de que as “relações sociais [...] resultam de relações de classe características de uma dada formação social (por meio do modo de produção que a domina [...])” (PÊCHEUX, 2011, p. 72). Nas formações sociais estão contidas as relações de classes entre dominantes e dominados, permeadas pela ideologia. Concretamente, a ideologia existe sob a forma de Formações Ideológicas (referidas aos aparelhos ideológicos de Estado), constituídas “de um conjunto complexo que comporta atitudes e representações [...] [referentes] a ‘posições de classe’ em conflito umas com as outras” (PÊCHEUX, 2011, p. 73). No discurso, a formação ideológica se manifesta por meio de Formações discursivas, operando “como mecanismo discursivo de produzir sentido” (SOARES, 2018, p. 111).

O conceito de formação discursiva é definido como aquilo “que pode ser dito [sob um formato enunciativo] [...] a partir de uma dada posição em um dado lugar” (PÊCHEUX, 2011, p. 73). Como “as palavras [e suas combinações estruturais] mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam”, elas “mudam de sentido ao passar de uma FD para outra” (PÊCHEUX, 2011, p. 73). A noção de formação discursiva insere, de modo efetivo, a história e a ideologia no discurso, ao especificar que as circunstâncias das condições de produção do discurso se inserem em um conjunto de regras que delimitam o dizer. Os sentidos que uma formação discursiva permitem gerar dependem do interdiscurso, já que é nele que a ideologia está posta. Buscando compreender como os aspectos ideológicos operam na produção de significações, ou seja, os aspectos históricos, sociais e ideológicos que permeiam a produção do adjetivo ‘militar’ do dicionário Aulete (1980 e 2007), nas próximas duas seções será realizada a aplicação dos conceitos do discurso nessas materialidades.

O adjetivo ‘militar’ no *Aulete digital*: análise discursiva da versão de 1980



A primeira entrada para ‘militar’ em sua versão mais antiga (1980) traz a descrição (marcada com o número 1) que trata do termo enquanto adjetivo, ou seja, representa uma qualidade. No dicionário, o interdiscurso é explicitado pelos exemplos de uso, que compõem o verbete em questão, dado que correspondem aos ditos anteriores em que ‘militar’ ocorre e permitem a reformulação a cada dizer (ORLANDI, 2009). Ao selecionar exemplos da língua, proporciona o efeito de que a descrição do dicionário não cria (ou molda) significados, mas se baseia na língua em circulação, no que já é. O adjetivo ‘militar’, no dicionário em questão, é dessa precisa maneira descrito:

militar 1 adj. || concernente à guerra, à milícia: As instituições militares; leis militares. Próprio de quem segue a carreira das armas Costumado a considerar a audácia, o valor militar... como o principal dote de um príncipe. (Herc.) || Que se funda ou baseia na força militar, nos costumes militares: Um governo militar. || Determinado pelas leis da guerra: Estas evidentes cautelas e precauções militares desdiziam bastante do que então se passava no castelo. (Herc.) || Que pertence ao exército (em contraposição a civil): Autoridades militares; postos militares. || Arquitetura militar 1. V. arquitetura. || Arte militar 1. a tática ou a arte de dirigir os movimentos ou a formatura das tropas, e o emprego de suas armas. || Execução militar 1. a pena de morte imposta a um membro do exército por delito militar. || Hora militar 1. hora pontual, exata. || Justiça militar, a que se pratica no exército segundo as leis militares. || Vestir-se à militar 1. vestir o uniforme próprio dos militares. || -, s. m. soldado, combatente. || Indivíduo que segue a carreira das armas. F. lat. *Militaris* (LEXICON, 2007, [s.p], grifos e itálicos do autor).

Baseando-se em enunciados dispostos socialmente, por meio do interdiscurso, e posicionando-se no papel discursivo de mero descritor da língua, o enunciador (que aqui é entendido como um conjunto que envolve o autor em si, os lexicógrafos, a editora que publica e os órgãos que avaliam e reconhecem esse dicionário) “retira” a si próprio da autoria. Pelas vestes da neutralidade, através da qual o enunciador se exime, se exclui, o sentido promovido é de que a composição do dicionário é unicamente material, isento de ideologias e impressões individuais: é como se a língua fosse diretamente retirada da sociedade e automaticamente categorizada, no dicionário. Confere, portanto, autoridade e caracteriza o documento como relevante, uma listagem plausível e didática de formas linguísticas, isento das individualidades e, por fim, um instrumento neutro. Considerando que o discurso por si não é neutro, já que a ideologia permeia a língua, está nela impressa e é dada através dela (ORLANDI, 2009), a neutralidade ocorre, assim, como um efeito de sentido discursivo, disposto a partir de posicionamentos ideológicos.



Para situar-se na posição de descritor neutro, diante da diversidade de utilizações da língua, o enunciador prioriza alguns significados para compor o dicionário, promovendo um recorte que silencia sentidos outros, marginalizados pela seleção. O silenciamento, na perspectiva discursiva, ocorre enquanto “se diz x para não dizer y, esse sendo o sentido a se excluir do dito [...]. Por aí se apagam os sentidos que se quer evitar” (ORLANDI, 2007, p. 73). Essas escolhas e silenciamentos se devem, por um lado, porque é impossível descrever todos os significados contidos em um único verbete (devido à amplitude da língua); por outro lado, por serem efetuadas por indivíduos interpelados pela ideologia, constituindo-se em sujeitos (ORLANDI, 2009), revelam os posicionamentos ideológicos aos quais esses indivíduos comungam. Não são, portanto, escolhas aleatórias, mas movidas pela formação ideológica em que o enunciador se insere. É no interdiscurso que se observam as formações ideológicas, no interior das quais estão as formações discursivas (PÊCHEUX, 2011).

Assim, ao se concretizar discursivamente, por meio de descrições e exemplos, o dicionário se insere em uma prática social discursiva, uma formação discursiva, decorrente de formações ideológicas as quais ele é filiado, que revelam o caráter institucional e normativo do dicionário, conforme apontado. Para verificar tais questões, é preciso se atentar aos exemplos dispostos. No excerto, o termo ‘militar’, enquanto adjetivo, concerne às questões de guerra e exército, reiterando a presença desses aspectos na sociedade. O *corpus* de exemplo confere uma quantidade de significados que inscrevem o termo ‘militar’ no mundo, revelando a amplitude social do termo. A palavra ‘militar’, enquanto adjetivo, atinge diversos âmbitos da sociedade, desde institucionais (relativas à legislação, ao governo, e às formas de justiça); passando pelos estruturais (como na arquitetura) modos de atuação da sociedade (formas de vestimenta e de organizar o tempo – enquanto o ‘horário militar’ remete à exatidão e pontualidade extrema).

Alguns dos exemplos instituem determinados cenários, espaços discursivos nos quais se desenvolvem que valem a pena serem ressaltados pelos desdobramentos discursivos que proporcionam. É o caso do exemplo retirado de um romance de Alexandre Herculano, especificamente os trechos: “Costumado a considerar a audácia, o valor militar... como o principal dote de um príncipe” e “Essas evidentes cautelas e precauções militares desdiziam bastante do que então se passava no castelo” (HERCULANO, 1967 *apud* LEXICON, 2007, [s.p.]). As palavras ‘príncipe’ e ‘castelo’,



do excerto, delimitam a esfera medieval enquanto cenário, projetando ficção em realidade. Herculano é um escritor do romantismo português, conhecido por obras de caráter medieval, escritas como forma de enaltecimento a Portugal, em um tempo de consolidação do Estado Nacional e que culminou em feitos grandiosos para o país, como as Grandes Navegações, incluindo, a conquista do Brasil. Remetendo-se às origens brasileiras dentro de uma perspectiva europeia, ao trazer um escritor português do sec. XIX, o exemplo refere-se à autoridade de fala sobre a língua.

A concepção de que o português de Portugal representa a língua em sua origem e exatidão está aí impressa: a utilização do texto literário (português) como exemplo fornece subsídio do que se pode considerar o ‘bom uso’ (correto, da perspectiva normativa) do termo. Reitera-se, dessa forma, a existência do vocabulário, e a literatura (portuguesa) é colocada como um lugar em que a língua se dá de forma adequada. Sobre isso, é relevante destacar o conceito de esquecimento (PÊCHEUX, 2009) dado pela teoria do discurso. Quando o dicionário estabelece como uso padrão o escrito de nomes da literatura, considera que o português adequado é aquele utilizado por um extrato da sociedade – o letrado. Simultaneamente, retoma a concepção de que o português dos textos portugueses representa a essência da língua, o modo legítimo de se dizer as coisas. Faz esquecer, portanto, que o mesmo conteúdo poderia ser dito de outra forma (PÊCHEUX, 2009) – como através da variante não padrão/oralizada da língua ou até mesmo pela literatura brasileira.

A atualização do que está disposto na memória discursiva fornece, no caso dos exemplos literários, português utilizado no dicionário, um recorte de norma: aquela dos textos consagrados e portugueses. Além disso, no excerto do dicionário também são citados ‘forças’, ‘costumes’ e ‘valores’ militares, revelando a presença de tais na sociedade, mas não só: o tratamento positivo que esses aspectos recebem, expressam uma leitura de sociedade, em que o militarismo é presença bem-vista. Para falar do ‘valor militar’, o exemplo de uso retirado da obra de Herculano 1967 *apud* LEXICON, 2007, [s.p.]) o apresenta como algo nobre, digno de um príncipe, ou seja, próprio de uma figura localizada no topo da pirâmide social, pertencente à elite. Quando se fala em ‘costume militar’, o exemplo é ‘governo militar’, de modo que um governo militar seria aquele baseado em valores militares, de acordo com a descrição disposta. A explicação concisa suprime alguns aspectos relativos a um governo militarizado, como a forte hierarquização que não permite o questionamento das decisões por parte da sociedade.



Associado ao exemplo do ‘príncipe’, tal questão muito significa: a concisão descritiva do dicionário (e seus exemplos) torna-se inscrita em uma formação ideológica conservadora (vinculada aos antigos costumes) e contribui para as delimitações impostas por uma formação discursiva institucional. Nessa perspectiva e prosseguindo na categorização morfossintática do termo ‘militar’, observa-se que a palavra também ganha o caráter de substantivo, quando corresponde a uma figura militar, ou seja, alguém que está inscrito na carreira militar. A substantivação do adjetivo quando é referente à pessoa revela ainda mais a relevância e hierarquização social do termo, uma vez que promove a personalização da palavra. Ela deixa de ser uma qualidade e passa a significar indivíduo – não um indivíduo qualquer, mas aquele inserido em uma carreira, ou seja, pertencente a uma posição social. Ao passo que o processo de substantivação reitera a existência da figura militar, sua presença em um documento que se coloca (por meio da neutralidade e silenciamentos) como institucional, situa o indivíduo militar em um lugar social – um lugar de dignidade e respeito.

Tanto que vale ser dicionarizado, acoplado à institucionalidade linguística. Por esses sentidos, é possível pontuar que a formação discursiva institucional, a qual o texto se vincula, privilegia as formas utilizadas pelas elites e valoriza os aspectos relacionados ao exército e à guerra. Também faz parte dela o efeito de neutralidade, que promove a concisão e o didatismo da apresentação descritiva. O dicionário, por seus mecanismos discursivos, atua como descritivo, mas também normativo, na medida em que se configura como uma entidade linguística – que carrega a língua em seu aspecto institucional – e é, portanto, detentor dos dizeres em sua forma oficial. Assim, a formação discursiva do dicionário, além de delimitar tais dizeres, busca delimitar as formas consideradas como o bom uso da língua, promovendo um recorte que exclui as demais e as categoriza como não institucionais, não oficiais. Concluída essa parte da investigação, a próxima seção tratará do termo ‘militar’ na versão de 2007 do dicionário Aulete, em uma análise que busca estabelecer como os mecanismos discursivos estão vinculados a aspectos ideológicos.

O adjetivo ‘militar’ no *Aulete digital*: análise discursiva da versão de 2007

Dando sequência à análise aqui proposta, será verificado, agora, como as ferramentas da AD podem oferecer a reflexão acerca dos aspectos ideológicos que



circundam a primeira entrada da descrição do termo ‘militar’ na versão de 2007 do dicionário Aulete. Sobre isso, o dicionário apresenta a seguinte exposição:

militar1 (mi.li.tar)
a2g.
1. Ref. à guerra, a soldado ou às Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica) (vida militar, vitórias militares)
2. Restr. Ref. ao Exército.
3. Apoiado ou efetuado pelas Forças Armadas (golpe militar).
s2g.
4. Integrante de uma das Forças Armadas.
[F.: Do lat. *militaris*, e. Hom./Par.: militares (pl.), militares (fl. de militar).]
(LEXICON, 2007, [s.p], grifos, itálicos e sublinhados do autor)

Como na descrição de 1980, o texto está dividido em critérios de classificações morfológicos e sintáticos, que conferem à ‘militar’ diversos significados, além de conter exemplos de uso – as marcas dos discursos anteriores expressos pelo interdiscurso e que são atualizados pela configuração discursiva do dicionário. O significado está subdividido: apresenta 3 para o termo quanto adjetivo (marcados por 1, 2 e 3) e um para sua classificação enquanto substantivo (4) – representando a substantivação do adjetivo. Basicamente, da mesma forma que na análise anterior, o termo militar refere-se à guerra e às Forças Armadas, salvo às diferenças cenográficas, ou seja, as relativas ao espaço particular do discurso (MAINGUENEAU, 2004). O movimento é similar ao ocorrido no dicionário de 1980: os exemplos são expressivamente concisos, reproduzidos a partir do mecanismo do esquecimento discursivo (PÊCHEUX, 2009) que silenciam maiores explicações e geram o efeito de neutralidade didática. Colocam, assim, o dicionário no lugar de descritor da língua e, simultaneamente, instituem-no como uma entidade linguística.

Para verificar as particularidades do espaço em que o dicionário se insere e que revelam suas condições de produção, é preciso se atentar a algumas escolhas lexicais nos exemplos que, conforme apontado, fazem parte da atualização do que está no interdiscurso. O texto apresenta as expressões ‘vida militar’, ‘vitória militar’ e ‘golpe militar’ (como algo apoiado pelas Forças Armadas). Nos casos de ‘vida’ e ‘vitória’ (militar), verifica-se a visão positiva na apresentação da presença do termo na sociedade. Nessa perspectiva, existe um estilo de vida militar e vitória militares, elementos aceitos socialmente e que, ao serem dicionarizados, são institucionalizados, revelando uma concepção ideológica de grande aceitação e valorização desses aspectos. Ao trazer o



exemplo ‘vitória’ (ao invés de ‘derrota’, por exemplo), o militarismo se torna um local social de sucesso; uma ‘vida’ militar representa a legitimação de um modo de existência. Esses aspectos estavam, de certo modo, contidos no discurso do *Aulete* de 1980. Existem, contudo, algumas novidades que se fazem significar: a presença de ‘golpe militar’ e da expressão ‘Forças Armadas’.

A reiteração discursiva da existência social de uma instituição denominada ‘Forças Armadas’ revela aspectos sociais e ideológicos: a marinha, o exército e as forças aéreas, que ganham um espaço próprio na estrutura social, algo que não consta na descrição de 1980. É preciso levar em conta, entretanto, que essa expressão não surge com o dicionário de 2007 e que as Forças Armadas já existiam em 1980. Assim, o que se verifica é a atuação do mecanismo discursivo do esquecimento: esquece-se de que a forma apresentada pelo dicionário dizer não é a origem. O termo é, então, atualizado pelo dicionário, conferindo-lhe o aspecto de ‘novidade’. Em consonância a isso, a ampla presença no dicionário, resgata o termo por meio da memória e reitera discursivamente a compartimentalização desses setores, dando ênfase a tal estruturação. “Repetição e regularização são assim evocadas como elementos de memória, que ao lado do esquecimento tornam possível a produção de sentidos” (FREITAS, 2020). A valorização da presença de Forças Armadas é feita pelo efeito de inovação que o esquecimento provoca e pela naturalização discursiva do termo, sua ampla incorporação e repetição.

Sobre o exemplo ‘golpe militar’ o interdiscurso é amplamente mobilizado. Na sociedade brasileira, o termo aciona a memória discursiva sobre os anos de ditadura militar (1964-85), iniciados por um golpe de Estado. O golpe militar foi um momento histórico que é vinculado a um conservadorismo excessivo e desumano pelo imaginário de parte da sociedade brasileira, em especial: familiares de vítimas de perseguição política, sujeitos inscritos em movimentos sociais e estudiosos do assunto. Por isso, fica difícil dizer que o exemplo não se constitui negativamente, pelo interdiscurso. Entretanto, ao constar no dicionário, a expressão ‘golpe militar’ visa enfatizar o aspecto neutro do documento, ou seja, seu papel de descritor. É o caráter descritivo do dicionário se mostrando, como se pudesse dizer: “veja, eu não trago somente coisas boas acerca do que é militar, apenas trago a língua como ela é, estou descrevendo e não disseminando ideologias”. Mesmo assim, é o único exemplo do *corpus* que pode ser considerado negativo para determinada parcela da população – o que muito significa, em termos discursivos.



Ao constar a presença majoritária de qualidades positivas relativas ao termo ‘militar’, em face de um único exemplar que acessa pejorativamente o interdiscurso (mas sem estender a explicação, de modo que a memória discursiva fica exclusivamente a cargo do enunciatário, e esse pode acessá-la como negativa ou positiva), o efeito de neutralidade é estabelecido como forma de valorização aos elementos com características militares. Apesar de consagrar discursivamente momentos que se relacionam à história do país, o que pode ser considerado um aspecto progressista, esse dicionário ainda se filia, discursivamente, às concepções ideológicas conservadoras e normativas, impressas pelo maior número de significados pró-militares em detrimento de maiores explicações sobre os exemplos e os recortes concisos de uso da língua que silenciam significados críticos. Desse modo, formação ideológica do Aulete de 2007 é considerada como pró-militar e conservadora. O que está compreendido em sua formação discursiva é a institucionalidade, e a valorização das formas positivas acerca do que é qualificado como militar caracteriza essas ocorrências lexicais como a forma oficial da língua. O silenciamento de sentidos ditatoriais para ‘militar’ também se faz presente, sendo um aspecto da institucionalidade da língua.

Considerações Finais

A análise discursiva do verbete ‘militar’ enquanto adjetivo, disposto nas versões de 1980 e 2007 do dicionário Aulete (LEXICON, 2007), proporciona algumas reflexões a respeito de como essas descrições trazem aspectos ideológicos (apresentados, principalmente, pelo *corpus* de exemplo) imbuídos no discurso de instrumentos linguísticos. Pela análise dos exemplos dispostos pelo interdiscurso, verificaram-se semelhanças, de modo que, em ambos os casos, os objetos qualificados como militares são bem-vistos, isso é, são valores que devem pertencer à sociedade. A formação ideológica em que esses significados se filiam é, assim, classificada como pró-militar e conservadora. A formação discursiva que compartilham é marcada pelo efeito de sentido de neutralidade, que promove a concisão e o didatismo da apresentação descritiva – mecanismos inserem atuação do dicionário no campo do descritivo e normativo, estabelecendo o que pode e deve ser dito, colocando-o no lugar de detentor dos dizeres em sua forma oficial. Constrói-se, assim, um conceito de norma, de língua aceitável: aquela disposta pelo dicionário,



A representação fiel do dicionário nos dá uma língua (imaginária) homogênea, perfeita, completa, sem falhas. Do mesmo modo, o dicionário parece não ter ideologia, sendo "neutro", ou melhor, tendo a neutralidade (universalidade) da língua. Como não tem marcas ideológicas, sua ideologia é justamente não se marcar ideologicamente (ORLANDI, 2000, p. 102).

A formação discursiva em que o Aulete se encaixa pode, então ser classificada, portanto, como institucional, própria do Estado – jamais ideologicamente isento, mas compactuante com o complexo dominante (PÊCHEUX, 2009), assim como seus dizeres dicionarizados. Apesar de todas essas semelhanças, os dicionários apresentam algumas diferenças quanto ao teor dos exemplos, que fornece subsídio para que se estabeleçam comparações que muito significam acerca da mudança (ou continuidade) da perspectiva sobre língua abarcada por instrumentos que se colocam na posição de entidade linguística oficial. Comparando tais verbetes, verifica-se que, no Aulete de 1980, ocorre o privilégio às formas linguísticas elitizadas (coloniais e da camada social letrada), com a presença de exemplos retirados de uma obra da literatura portuguesa. Exemplos desse teor não ocorrem na versão posterior analisada. Outra diferença é, na publicação de 2007, a presença das Forças Armadas enquanto instituição, o que confere a essa atualização um caráter mais técnico, menos romantizado (pela supressão de exemplos literários), intensificando o efeito de neutralidade.

Isso não significa que o segundo dicionário é menos ideológico – a ideologia é inerente ao processo de produção discursiva – que são utilizados mecanismos discursivos (como, por exemplo, a atualização da expressão ‘Forças Armadas’ na memória, além de silenciamentos) que conferem maior detalhamento e ênfase aos valores positivos acerca de ‘militar’. Aliás, a presença da esfera democrática e republicana nos exemplos de 2007, em comparação à ambientação medieval em que alguns dos exemplos de 1980 se inserem, é um aspecto muito marcante na caracterização das condições de produção sob as quais esses instrumentos linguísticos, enquanto discursos, estão dispostos. Sobre isso, é possível estabelecer algumas inferências. No caso do primeiro objeto analisado, a aproximação ao contexto medieval atribui-se ao fato que, na altura da produção do dicionário, os valores vigentes atrelavam-se a um conservadorismo hierárquico, tal qual se constituíam os governos militares recém-fundados. Para ilustrar tais noções, nada melhor do que menções que fazem inferência ao período da consolidação do Estado Nacional Português e os grandes descobrimentos.



Medievalismo, realeza e nacionalismo se entrelaçam como concepções nobres para embasar a origem brasileira, valores serem conservados e dicionarizados. Além disso, 1980 foi a década de reabertura política no Brasil, e concepções democráticas e republicanas não haviam sido consagradas, incorporadas ao discurso institucional, dando espaço ao romantismo português. Já em 2007, a restauração democrática já havia ocorrido, e esses valores são apresentados pelo discurso dicionário, enquanto instrumento institucional. A forma discursiva encontrada para a valorização republicana também ocorre pelas vias do silenciamento, da omissão de detalhes acerca dos valores militares que se opõe à prática democrática (como em ‘golpe militar’). Essa mudança de ambientação nos exemplos do dicionário, relacionada às transformações políticas, também implica em uma alteração na concepção de língua e norma.

Enquanto no significado expresso em 1980, a língua e a norma estão atreladas a uma noção de língua originária (aquela falada pelas elites coloniais e portuguesas), no significado de 2007, a norma linguística se relaciona com a consolidação de valores institucionais e republicanos, e compreende as formas que manifestam esses aspectos. Com isso, verifica-se que apesar da formação ideológica de ambos os dicionários coadunarem em sua definição, sua comparação expressa o rearranjo do complexo ideológico dominante, em um momento vinculado à hierarquia, e em outro, à república, mas sempre em consonância aos valores da elite – sendo, nesse aspecto, conservadoras. O gesto de leitura sobre o funcionamento ideológico a partir de uma entrada no dicionário faz com que se perceba que o dicionário não alcança a amplitude de um vocábulo, nem permite prever a atualização desses verbetes, em novas publicações, e novas condições de produção. Por isso, o uso de determinadas ferramentas linguísticas precisa ser frequentemente reinterpretado à luz de teorias consolidadas, para que se possa avaliar historicamente suas novas situações comunicacionais e discursivas.

No mais, é possível acrescentar sobre aspectos não aqui analisados. Comparando a estrutura dos significados do verbete ‘militar’ apresentados pelos dois objetos de análise, verificam-se diferenças na estruturação do significado: presença do gênero, de sinônimos e antônimos. A origem etimológica da palavra também aparece nos dois dicionários. Todos esses aspectos são significativos para o processo discursivo e convém ao estudo dos instrumentos e do léxico, pois situa ideologicamente os efeitos do dicionário (ORLANDI, 2000). Entretanto, para que se pudesse depreender o maior número de detalhes dos objetos em questão, optou-se aqui para seguir a linha analítica de



acordo com a classificação sintática e morfológica presentes no dicionário. Considerando o caráter inesgotável das materialidades discursivas, o recorte não significa, de forma nenhuma, que sua análise se encerra nessas páginas. Tampouco que outros recortes sejam menos convenientes, muito pelo contrário: outros empreendimentos discursivos analíticos são plenamente cabíveis para que se possa detalhar ainda mais o processo ideológico que permeia a construção do significado da palavra ‘militar’ nesses objetos.

Referências

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1980.

ARGUELHES, D. O; ROSA, D. P. W.C. A ideologia nos dicionários: uma análise dos verbetes capitalismo e comunismo. **Hegemonia**, Brasília, n. 24, p. 24-43, jul./dez. 2018. Disponível em:

[http://www.unieuro.edu.br/sitenovo/revistas/revista_hegemonia_24/Delmo%20Arguelhes%20e%20Dem%C3%A9rio%20Weber%20\(3\).pdf](http://www.unieuro.edu.br/sitenovo/revistas/revista_hegemonia_24/Delmo%20Arguelhes%20e%20Dem%C3%A9rio%20Weber%20(3).pdf). Acesso em: 06 dez. 2022.

AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

COELHO, C. G. F. Instrumentos linguísticos e discursos de disponibilização de/instrumentos digitais de aprendizagem. **Línguas e instrumentos linguísticos**, n. 44, p. 77-110, jul./dez. 2019. Disponível em:

<http://www.revistalinguas.com/edicao44/artigo4.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2022.

COLLINOT, A.; MAZIÈRE, F. **Un prêt à parler: le dictionnaire**. Paris: Presses Universitaires de France, 1997.

FREITAS, R. A. **Instrumentação linguística em rede: análise discursiva de dicionários online**. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/23465>. Acesso em: 08 dez. 2022.

GHIRALDELLI, Paula Ramos; SOARES, Thiago Barbosa. Instrumentalização discursiva do verbo ‘militar’: uma análise no dicionário Aulete Digital. **Revista Caminhos de Linguística Aplicada**, 2023, no prelo.

LEXICON Editora Digital. Militar. **Aulete Digital**, 2007. Disponível em: <http://www.aulete.com.br>. Acesso em: 05 dez. 2022.

MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

MOTA, N. A.; CERQUEIRA, I. B; DE AZEVEDO, I. C. M. Gramatização do português brasileiro nos séculos XIX e XX e início do século XXI. **Entrepalavras**,



Fortaleza, v. 7, p. 552-567, ago./dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11982>. Acesso em: 08 dez. 2022.

NUNES, J. H. Uma articulação da análise de discurso com a história das ideias linguísticas. *Letras*, Santa Maria, v. 18, n. 2, p. 107–124, jul./dez. 2008. Disponível em: <http://www.entrepalavras.ufc.br/revista/index.php/Revista/article/view/886>. Acesso em: 08 dez. 2022.

ORLANDI, E. P. Lexicografia Discursiva. *Alfa*, São Paulo, 44: 97-114, 2000. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/4201>. Acesso em 18 jul. 2023.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, François; HAK, Tony (Orgs). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 5. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1993. p. 59-158.

PÊCHEUX, M. Língua, Linguagens e Discurso. In: PIOVEZANI, C.; SARGENTINI, V. (Orgs.). **Legados de Michel Pêcheux**: Inéditos em análise do discurso. São Paulo: Contexto, 2011. p. 63-75.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 4. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2009.

SOARES, T. B. **Percurso linguístico**: conceitos, críticas e apontamentos. Campinas: Pontes, 2018.

ⁱ Mestranda em Letras na Universidade Federal do Tocantins, com ênfase em Estudos Linguísticos; linha de pesquisa Texto, Discurso e História. Pesquisadora na área de Análise do Discurso. Graduada em Letras com habilitação em Língua Portuguesa e suas Respectives Literaturas pela Universidade Federal do Tocantins (2020-2022). Durante a graduação foi bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). É integrante do Grupo de Estudo de Análise do Discurso (GEstADI), da Universidade Federal do Tocantins.

ⁱⁱ Possui graduação em Letras, português/inglês, pela Universidade do Vale do Sapucaí (2009), em Psicologia pela Universidade Paulista (2014) e em Filosofia pela Universidade de Franca (2014), especialização em Estudos Literários pela Faculdade Comunitária de Campinas (2013), mestrado em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (2015) e doutorado em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (2018). É líder do Grupo de Estudo de Análise do Discurso (GEstADI - UFT) e membro pesquisador do Grupo de Estudos em Análise do discurso e História das ideias linguísticas (VOX - UFSCar). É editor-chefe da revista Porto das Letras (ISSN - 2448-0819) vinculada ao programa de pós-graduação em Letras da UFT. Atua como professor nos cursos de graduação em Letras e de pós-graduação *stricto sensu* em Letras da Universidade Federal do Tocantins no campus de Porto Nacional. Coordenou o Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Letras (PPGLetras) da Universidade Federal do Tocantins (UFT) de janeiro de 2022 a janeiro de 2023. É bolsista de produtividade do CNPq (PQ-2), com experiência



de pesquisa na área de Linguística, com ênfase em Análise do Discurso, atuando principalmente nos seguintes temas: mídia, sucesso, teoria e análise do texto.

